

**MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS: IDENTIDADE E AÇÕES SOCIAIS POR
MEIO DA BAMIDELÊ PARAIBANA**Dandara Gabriele da Cruz¹, Willian Felipe Severino²^{1,2}Graduandos em licenciatura em História pela Universidade do Sagrado Coração, USC - Bauru/SP**RESUMO**

Em seu multiculturalismo, o Brasil traz em sua bagagem a experiência escravagista que regeu seu território durante os primeiros séculos de sua formação, bagagem esta que, ainda hoje, traz à tona diferenças gritantes que colocam em lados opostos homens e mulheres, negros e brancos. Objetivando a discussão do papel e a questão da mulher negra, que sofre, em sua essência, duas vezes, uma por caráter sexista e outra racista, o presente artigo pretende analisar a importância do Movimento da Mulher Negra na Paraíba, por meio da ONG Bamidelê, em um cenário estadual com altos índices de feminicídio. O artigo se justifica na busca de políticas norteadoras de inclusão da minoria e entendimento de suas especificidades.

Palavras-chave: Mulheres negras. Movimento das Mulheres Negras. Bamidelê.

INTRODUÇÃO

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (LORDE, 1983)

O termo *movimento social* diz respeito a processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, assim como às lutas políticas, às organizações e discursos com a finalidade de mudar, as formas de interação individual e coletivas, e os grandes ideais culturais (ALEXANDER, 1998).

No Brasil, bem como em vários outros países da América Latina, durante a passagem das décadas de 1970 e 1980, ficaram conhecidos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares. No final de 1980 e ao longo dos anos de 1990, com a mudança no cenário sociopolítico, os movimentos adotam um caráter que diagnostica a realidade social, construindo ações coletivas que agem com resistência à exclusão e lutam por inclusão (GOHN, 2011).

Gohn (2011) indica que atualmente os movimentos sociais apresentam um ideário civilizatório, que se objetiva em construir uma sociedade democrática. Existem neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade se apresenta como justiça social, a fraternidade se retraduz em solidariedade, enquanto a liberdade se denomina no princípio articulador da autonomia.

Buscando discutir o papel e a questão da solidão da mulher negra no Brasil, remetendo ao seu passado de condenação nas raízes escravagistas que regeram o país e dando ênfase a estas questões na sociedade atual, por meio da organização não-governamental Bamidelê, da

Paraíba, que se mostra com uma taxa de feminicídio numa crescente de 260% (JORNAL DA PARAÍBA, 2016); o artigo se justifica na busca de políticas norteadoras de questões que correspondem às minorias, ainda hoje esquecidas, e que buscam firmar seu papel e voz na sociedade contemporânea. A questão da mulher negra reflete diferenças exorbitantes quando comparadas a outros sujeitos sociais e seus contextos históricos.

Como colocado por Arraes (2014), o Movimento das Mulheres Negras do Brasil, tem seu início no final da década de 1970, a partir de uma forte demanda das mulheres negras feministas. Este se mostra um movimento social e um segmento protagonizado por mulheres negras que se objetivam na promoção e visibilidade de suas pautas e reivindicação de seus direitos.

A essas mulheres não cabia mais a face do Movimento Feminista, que se apresentava de caráter racista, preterindo discussões de recorte racial; enquanto o Movimento Negro, que se mostrava sexista, trazia em si relações de gênero que impediam posições de igualdade junto aos homens negros.

No que diz respeito as práticas feministas, vemos seu nascimento, como colocado por Pinto (2009), a partir das últimas décadas do século XIX, no chamado sufrágio, que se iniciou a princípio na Inglaterra, e que mostrou suas faces em terras brasileiras na década de 1910, com Bertha Lutz.

Na década de 1970, é possível ver manifestações feministas no Brasil de grande efervescência, ainda que limitadas pelo caráter político da época, modelo este que cresce a partir de 1980, com a luta pelos direitos femininos voltados a uma gama de temas, como saúde, sexualidade e violência, que se popularizam e ganham face defendendo os direitos respectivos, também, a outros sujeitos.

Nascido logo após a abolição da escravatura no Brasil e a proclamação da República, dada um ano depois, o Movimento Negro organizado se deu, num primeiro momento, graças a reunião de libertos, ex-escravos e seus descendentes em prol de uma mobilização e conscientização social. Na década de 1980 e, principalmente, depois do processo de redemocratização do País, iniciou-se uma tendência de atomização do movimento negro, sendo criados centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional, visando sempre a luta em prol de ações afirmativas (DOMINGUES, 2008).

Como protesto à ausência de espaço, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, as mulheres afro-brasileiras fundaram suas próprias organizações, como o Geledes, em São Paulo; a Criola, no Rio de Janeiro; a Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; a Associação das Mulheres Negras, de Porto Alegre (ROLAND, 2000, apud DOMINGUES, 2008) e a Bamidelê, ONG paraibana.

MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS DO BRASIL

Nascido da forma incipiente em que se apresentava os movimentos Feminista e Negro, das décadas de 70 e 80, pôde-se perceber uma movimentação das mulheres negras em lutar por suas especificidades; especificidades estas que, ainda hoje, se apresentam em estatísticas de desvalorização dentro do mercado de trabalho, em questões de saúde ou até mesmo em representações midiáticas.

De acordo com o balanço do Ligue180 – Central de Atendimento à Mulher, em 2013, 59,4% das vítimas de violência doméstica se apresentavam mulheres negras; o Ministério da Saúde, em 2012, apontou 62,8% dessas mesmas mulheres como vítimas de mortalidade materna. 65,9% são vítimas de violência obstétrica (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA,

2014) e representam 68,8% das mulheres mortas por agressão, duas vezes mais que mulheres autodenominadas brancas.

O mapa da violência 2015, da ONU, apresenta que no ano de 2013, a taxa de homicídio entre mulheres negras subiu 54,2%, enquanto a de brancas diminuiu 9,8 em seu total.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE no ano de 2016, entre 2005 e 2015, o percentual de negros e negras universitários saltou de 5,5% para 12,8%. Contudo, esse crescimento positivo não é igual quando a análise se refere a ocupação de vagas no mercado formal de trabalho. Mesmo mais graduados, os negros continuam com baixa representatividade nas empresas (ESTADÃO, 2017).

Em 2014, o Sistema Único de Saúde lançou a campanha "SUS sem racismo", que revelou que as mulheres negras costumam receber em média menos tempo de atendimento médico que mulheres brancas e que compõem 60% das vítimas da mortalidade materna no Brasil. Além disso, somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto na pesquisa, ao contrário dos 46,2% das mulheres brancas; e 62,5% das mulheres negras receberam orientações sobre a importância do aleitamento materno, preteridas em favor dos 77% das mulheres brancas.

Para Carneiro (2003), essa necessidade de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra passagem histórica, pois a chamada "variável" racial produz gêneros subalternos, tanto no que tange a uma identidade feminina estigmatizada, como a masculinidade subalternizada com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racial predominante.

Consideradas apenas como "sujeitos implícitos", coube as mulheres negras "enegrecer" a agenda feminista e "sexualizar" a do Movimento Negro, promovendo dessa forma uma diversificação das concepções e práticas políticas, afirmando novos sujeitos políticos e exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos (CARNEIRO, 2003; RODRIGUES; PRADO, 2010).

A ação política das mulheres negras vem promovendo o reconhecimento da falácia visão estereotipada da mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução de desigualdades sociais; reconhecimento de privilégios quanto a essa ideologia às mulheres do grupo racial hegemônico; reconhecimento do quanto necessário se faz políticas específicas para as mulheres negras para a equalização de oportunidades sociais; bem como a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza e o reconhecimento do uso da "brancura" como padrão estético privilegiado e hegemônico (CARNEIRO, 2003).

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

As denominadas Organizações Não-Governamentais brasileiras têm sua origem datada em anos de regime militar, o que as faz acompanhar um padrão característico da sociedade da época, que trazia em pauta disputas sobre o modelo de desenvolvimento e o tipo de sociedade a se construir no Brasil (LANDIM; COTRIM, 1996; OLIVEIRA; HADDAD, 2001).

Percebe-se nos anos 60 e 70, um conjunto de pequenas organizações constituídas por pessoas que se dedicavam ao trabalho social junto aos setores mais "pobres" da população. Oliveira e Haddad, 2001, colocam que essas novas organizações buscavam a reconstrução do tecido social que havia se rompido com a ditadura em defesa dos direitos humanos e educação popular.

Oliveira e Haddad (2001) ainda colocam que na transição dos anos 70 e 80, com o crescimento de trabalhos sociais diante à sociedade civil, novos espaços surgem mostrando uma nova complexidade de atores sociais brasileiros, sendo eles: os movimentos de bairro, movimentos sindicais, movimentos autônomos de luta por moradia, trabalho e terra, movimentos de mulheres e movimento negro.

Para Landim e Cotrim (1996) essa pluralidade reflete a representação na construção desses movimentos e grupos sociais diversificados. Essa intervenção que contempla a diversidade traz a marca de valores universalizantes de cidadania.

Gohn (1977), ressalta a relação indivíduo/indivíduo e indivíduo/instituição proporcionado pelas ONGs, como força motriz dos movimentos sociais, através da mediação entre governo e comunidade organizada. Enaltecendo o caráter político que engendra um dos mais promissores espaços não formais de aprendizagem, as ONGs.

A BAMIDELÊ

Fundada em 2001, a Bamidelê é uma organização não governamental de mulheres negras feministas da Paraíba, que tem como ímpeto, o combate e eliminação da “afromisogenia”, estabelecendo ações educativas visando a equidade de gênero. Tem como público alvo, mulheres e adolescentes negras, atuando também na comunidade remanescente de quilombo Caiana dos Crioulos localizada em Alagoa Grande/ PB.

Bamidêlê tem origem africana do Iorubá, que significa “esperança”, próximo significado de “esperançar”, em suma, constante atividade de perseverança.

A organização oferece atividades educacionais que promovem principalmente, o acesso aos direitos humanos com destaque a criação de materiais didáticos que melhor apresentam os anseios do movimento das mulheres negras e a forma com que são representadas.

Corroborando com os objetivos da Bamidelê, Sueli Carneiro (2003, p. 129) afirma que “[...] o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil”. Apontando para a relevância de tais organizações para a valorização e bem estar da cultura afro-brasileira dentro da sociedade.

É evidente que a aglutinação de mulheres negras em torno de uma organização apresenta um dos fatores preponderantes para adentrarem aos espaços políticos. O papel educativo das ONGs, em especial as que se referem as mulheres negras, se manifesta principalmente como forma de resistência, onde o sujeito adquire a vivência necessária para criar formas de diálogos em consonância com instituições formais de articulação política.

Carvalho e Rocha (2016, p.87) destacam que a Bamidelê “tem atuado com o objetivo de construir uma identidade racial e de gênero que explicita os traços históricos comuns e valorize o reconhecimento de si e as interações sociais dessas mulheres.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de mulheres negras é essencial para a autoafirmação da mulher negra dentro dos espaços de sociabilidade modernos. Afim de possibilitar através de ONGs e organizações que, segundo Gohn (2011, p. 452), serve para “profissionalizarem seu quadro de militantes, garantindo-lhes acesso a informações e ferramentas de intervenção fundamentais”.

na medida em que as feministas e ativistas negras constataam que a natureza da opressão que elas experimentavam se faça de forma interseccional – ou seja, que elas eram vitimadas pela ação simultânea de sistemas de opressão tais como tava e gênero (e que estes serviam de veículos para outras formas de opressão como classe e sexualidade), estas foram capazes de criar uma abordagem que desse conta de ler essa realidade, instrumentalizar a si próprias e ainda mobilizar os “outros” (SANTOS, 2009, p. 7-8)

A Bamidelê, ao exercer a propagação da equidade de gênero em perspectiva “étnicorracial”, estabelece relações de representatividade da mulher negra consigo mesma e estimula a adesão ao movimento das mulheres negras por meio da educação formal, viabilizada pela organização.

Sendo assim, é possível considerar sua intervenção como colaboradora para a conscientização e formação da mulher negra:

Neste sentido o Movimento de Mulheres Negras tem cumprido um importante papel no processo de construção de novas concepções e no questionamento de padrões e valores que impedem o exercício da plena autonomia nas esferas individual e social, pois desenvolve uma política pautada nas transformações do cotidiano. (SOUZA, 2008, p. 119)

BLACK WOMEN’S MOVEMENT: IDENTITY AND SOCIAL ACTIONS THROUGH THE BAMIDELÊ PARAIBANA

ABSTRACT

In its multiculturalism, Brazil brings in its baggage the experience of slavery that ruled its territory during the first centuries of the country’s formation. This historical baggage still raises striking differences that put men and women and black and white people on opposite sides. Aiming to discuss the role and the issue of the black woman, who in essence suffers twice, both from sexism and racism, this article intends to analyze the importance of the Black Women’s Movement in Paraíba through the NGO Bamidelê, in a state whose scenario presents high rates of femicide. The article is justified in the search for policies that guide the inclusion of this minority and an understanding of its specificities.

Keywords: Black women. Black Women's Movement. Bamidelê.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. V.13, n.37. São Paulo: 1998.

ARRAES, Jarid. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. **Revista Fórum** [digital], disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>>. Acesso em 19/11/2017.

_____. **Mulher negra e saúde: a invisibilidade adoce e mata!**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/176/mulher-negra-e-saude-invisibilidade-adoce-e-mata/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos feministas**. N.2, p. 544-552, 1995.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. V.17, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, Rayssa; ROCHA, Solange. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – organização de mulheres negras na Paraíba. **Gênero**. Niterói. V. 16, n.02, p.71-89. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro. **Dimensões**. V.21, p.101-124, 2008.

GHANEM, Elie. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas. V.23, n.2 (68), p.51-65, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimento sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**. V.16, n.47, p.333-361, 2011.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

HOMICÍDIO de mulheres cresce 260% na Paraíba. **Jornal da Paraíba**. Paraíba, 30 jan. 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/homicidio-de-mulheres-cresce-260-na-paraiba.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

LANDIM, Leilah; COTRIM, Leticia Ligneul. **ONGs: um perfil**. Cadastro das filiadas à associação brasileira de ONGs (ABONG). São Paulo: Abong, 1996.

LORDE, Audre. *From Homophobia and Education* (New York: **Council on Interracial Books for Children**, 1983).

MERCADO de trabalho ainda é excludente para negros no Brasil. **Estadão**, São Paulo, 21 jun. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/mercado-de-trabalho-ainda-e-excludente-para-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

NÓS MULHERES DA PERIFERIA. **Fórum**, 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2016/07/25/infografico-a-condicao-da-mulher-negra-no-brasil-em-numeros/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.112, p.61-83, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e poder. **Sociologia Política**. V.18, n.36, p.15-23, 2010.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia e Sociedade**. v.22, p.445-456, 2010.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura**. Goiânia. V.12, n.02, p.275 – 288. 2009.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.